

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Nome do candidato:

Número do documento de identidade:

Número de inscrição:

Sala:

Seqüencial:

Concurso Público

Cargo 41:
Técnico Legislativo

Aplicação: 15/1/2006

MANHÃ

Categoria: **Técnico Legislativo**

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira inicialmente os seus dados pessoais transcritos acima. Em seguida, verifique se ele contém cento e vinte itens, correspondentes às provas objetivas, corretamente ordenados de 1 a 120, seguidos da prova discursiva.
- 2 Caso os dados pessoais constantes neste caderno não correspondam aos seus, ou, ainda, caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3 Apágina para rascunho é de uso opcional; não contará, portanto, para efeito de avaliação.
- 4 Nos itens das provas objetivas, recomenda-se não marcar ao acaso: em cada item, se a resposta divergir do gabarito oficial definitivo, o candidato receberá pontuação negativa, conforme consta em edital.
- 5 Não utilize material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.
- 6 Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo.
- 7 Durante as provas, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 8 A duração das provas é de **quatro horas e trinta minutos**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição do texto definitivo para a respectiva folha.
- 9 Na prova discursiva, não será avaliado texto escrito a lápis, texto escrito em local indevido ou texto que tenha identificação fora do local apropriado.
- 10 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e a folha de texto definitivo da prova discursiva e deixe o local de provas.
- 11 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de rascunho, na folha de respostas ou na folha de texto definitivo da prova discursiva poderá implicar a anulação das suas provas.

AGENDA

- I 17/1/2006, a partir das 17 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet — www.cespe.unb.br/concursos/camaradf2005.
- II 18 a 20/1/2006 – Recursos (provas objetivas): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet — www.cespe.unb.br/concursos/camaradf2005, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse endereço.
- III 7/2/2006 – Resultado final das provas objetivas e resultado provisório da prova discursiva: Diário Oficial do Distrito Federal, Diário da Câmara Legislativa e Internet — www.cespe.unb.br/concursos/camaradf2005.
- IV 8 a 10/2/2006 – Recursos (prova discursiva): em locais e horários que serão informados na divulgação do resultado provisório.
- V 24/2/2006 – Resultado final da prova discursiva e convocação para a prova prática: locais mencionados no item III.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 24 do Edital n.º 1/2005 – CLDF, de 26/10/2005.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448 0100; Internet — www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

C De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 120 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas.

C As siglas seguintes, sempre que usadas, deverão ser interpretadas da forma indicada: DF = Distrito Federal; LODF = Lei Orgânica do Distrito Federal; CLDF = Câmara Legislativa do Distrito Federal.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Cipoal legislativo

1 A herança cartorialista ibérica nos legou a
indisfarçável tendência de tentar resolver toda e qualquer
4 dificuldade que se interponha em nosso caminho editando
uma lei ou baixando um decreto. A estratégia, é claro, não
apresenta os resultados esperados, do que dá fê a miríade de
problemas com os quais o país convive há 500 anos.

7 O pior é que ninguém se lembra de revogar a
profusão de normas quando o problema deixa de existir ou
quando as regras são superadas por novas leis ou mesmo pela
10 sucessão de constituições — já estamos na sétima. O
resultado é um cipoal legislativo frondoso e, freqüentemente,
contraditório, paraíso para advogados dispostos a protelar
13 um processo.

Nesse contexto, é mais do que oportuna a iniciativa
da Câmara Municipal de São Paulo de promover uma
16 consolidação da legislação. Na primeira etapa do processo,
foram extintas 3.680 leis aprovadas entre 1892 e 1947 que já
não faziam sentido. Foram revogadas normas como a de
19 1896 que obrigava a “assignalar nos cemitérios municipaes
as sepulturas dos criminosos celebres”.

Mais importante do que promover esses necessários
22 mutirões é criar mecanismos permanentes que evitem o
acúmulo de normas ultrapassadas. Algumas soluções são
inquietantemente simples. Por que, em vez de apenas
25 escrever “revogam-se as disposições em contrário” ao pé de
cada peça legislativa, vereadores, deputados e senadores não
indicam explicitamente quais as leis que deixam de valer no
28 todo ou em parte?

O ideal seria se abandonássemos a idéia de que toda
dificuldade social, política ou econômica pode ser
31 contornada com golpes legislativos, mas isso parece ser pedir
demais.

Contentemo-nos com os mutirões como o da
34 Câmara paulistana. Espera-se apenas que ninguém tenha a
idéia de andar pelas ruas de São Paulo em um carro de boi,
proibição que deixou de vigorar após 111 anos de sua
37 aprovação.

Folha de S.Paulo, “Editorial”, 20/11/2005, p. A2 (com adaptações).

Com referência ao texto **Cipoal legislativo**, julgue os itens a seguir.

- 1 No segundo parágrafo do texto, o autor menciona um aspecto agravante do problema apontado no parágrafo anterior e inclui crítica à quantidade de constituições promulgadas no Brasil e àqueles que se beneficiam, em seu ofício, do contexto legislativo descrito.
- 2 No terceiro parágrafo, é apresentada uma situação que caracteriza o que o autor do texto denomina “consolidação da legislação” (R.16), expressão que, pelos sentidos produzidos no texto, opõe-se a “cipoal legislativo” (R.11).
- 3 A ausência da vírgula logo após a expressão “entre 1892 e 1947” (R.17) permite concluir-se que algumas leis aprovadas nesse período ainda são pertinentes ao contexto social atual.
- 4 Nas linhas 19 e 20, as aspas foram utilizadas para se registrar literalmente parte do conteúdo de uma lei cuja forma lingüística exemplifica o anacronismo de leis que ainda estavam em vigência no município de São Paulo.
- 5 A construção “quais as leis que deixam de valer” (R.27) poderia corretamente assumir as seguintes estruturas: **as leis que deixam de valer** ou **que leis deixam de valer**.
- 6 No título do texto, foi empregada linguagem conotativa, recurso cuja utilização caracteriza os textos opinativos e literários, mas não, os de caráter essencialmente informativo nem, em particular, as correspondências oficiais.
- 7 A principal crítica que o autor do texto apresenta diz respeito à deficiente elaboração de leis e decretos, por vezes, com sentido ambíguo, o que torna esses mecanismos legais ineficazes na resolução de problemas brasileiros seculares.
- 8 Atendendo-se à norma gramatical, assim pode ser sintetizada a idéia central do primeiro parágrafo do texto: caso uma dificuldade se interpusse na sociedade brasileira, edita-se leis e baixa-se decretos, visando-se à solução do problema.
- 9 A expressão “toda e qualquer dificuldade” (R.2-3) é enfática, dado que, nessa construção, os pronomes são sinônimos, o que justificaria a supressão de um deles e tornaria o período mais objetivo.

A ilusão da igualdade

1 Todos os países do Ocidente, tal como o Brasil,
gostam de alardear, em suas constituições, o velho e
desmoralizado princípio de que “todos são iguais perante a
4 lei, sem distinção de qualquer natureza”. Mas, em todo o
mundo ocidental, como vemos agora na França, a realidade
efetiva é bem diversa, o que transforma esse enunciado
7 constitucional em meras palavras bonitas, sem qualquer
efeito prático.

Se houvesse, em cada país, uma constituição oficial
10 e outra não-oficial, que refletisse a realidade dos fatos, esta
certamente diria: “todos são iguais perante a lei desde que
tenham a mesma condição social e econômica, a mesma cor
13 e o mesmo credo político; caso contrário, a lei e o Poder
Judiciário darão tratamento desigual a cada indivíduo.” Na
realidade, o que falta é uma ação governamental concreta e
16 efetiva, e, nesse vácuo, as constituições não-oficiais seriam
menos hipócritas e poderiam até criar um espírito nacional
mais comprometido com a verdade e a ética vigentes. Com
19 o passar do tempo, seus efeitos seriam cada vez mais
profundos. A publicidade, por exemplo, deixaria de lado as
velhas mentiras utilizadas para captar clientes incautos. Só
22 para ilustrar: os preços de produtos e serviços veiculados na
televisão e na imprensa deixariam de ser de R\$ 499,90 e
seriam, finalmente, de R\$ 500,00 claros e redondos. Outro
25 exemplo: os canais de “TV por Assina e Atura”, ou
“TV Acabo com Você”, diriam, honestamente, em suas
propagandas: “assine este canal e assista, com várias
28 interrupções, a seus programas preferidos, pois os
chatíssimos comerciais não existem só na TV aberta, como
você imaginava. Filmes novos? Primeiro, temos de pagar
31 aquele que já mostramos 20 vezes.”

Seria mais humano um mundo verdadeiro onde os
governos e as pessoas assumissem, abertamente, o que
34 fazem dia a dia, deixando de lado aquelas palavras bonitas
que estão nas constituições e nas leis apenas para
“inglês ver”.

Alfredo Ruy Barbosa. *Jornal do Brasil*, “Outras
opiniões”, 19/11/2005, p. A11 (com adaptações).

Com relação aos sentidos bem como a aspectos morfosintáticos
do texto **A ilusão da igualdade**, julgue os seguintes itens.

10 No início do texto, foi empregada uma expressão
comparativa “tal como o Brasil”, que permite que se
depreenda que o Brasil foi precursor na inclusão, nas
disposições constitucionais, do direito à igualdade de todos
os cidadãos.

11 O tema tratado no texto é compatível com a idéia de que a
teoria não se confirma na prática.

12 Como recurso argumentativo, o autor vale-se da hipótese de
existência de uma constituição não-oficial, que, segundo ele,
suprimiria totalmente a hipocrisia.

13 Nos exemplos que ilustram a argumentação relativa a canais
de TV, o autor vale-se do recurso do trocadilho como forma
de explicitar a propaganda enganosa a que estão submetidos
os consumidores.

14 Com correção gramatical, a oração que inicia o segundo
parágrafo poderia ser reescrita da seguinte forma: Se, em
cada país, existisse duas constituições: uma oficial e outra
não-oficial (...).

15 Em ‘temos de pagar aquele’ (R.30-31), o emprego do acento
indicativo da crase em “aquele” é facultativo, visto que o
verbo **pagar** rege complemento com ou sem a preposição **a**.

16 De forma indireta, o autor apresenta uma crítica à ética
vigente na sociedade ocidental contemporânea.

Mais iguais ou mais livres?

1 Se, por um lado, não faria sentido algum dizer que,
sem liberdade, não há igualdade, por outro, é perfeitamente
legítimo dizer que, sem igualdade (como reciprocidade de
4 poder), não há liberdade. Com essa frase, quero chamar a
atenção para uma propriedade desses dois conceitos que
geralmente não é relevada. Se não se pode definir a
7 igualdade pela liberdade, há pelo menos um caso em que se
pode definir a liberdade pela igualdade. Essa é a situação
10 em que por liberdade se entende a eliminação da
desigualdade de poder, ou, por outras palavras, a condição
em que todos os membros de uma sociedade se consideram
livres porque têm *igual* poder.

13 Entre as mil definições de democracia que podem
ser dadas ou foram dadas, uma das possíveis e menos banal
é a que a considera uma forma de governo em que todos são
16 *livres* porque são *iguais*. Evidentemente, ao dizer que, na
democracia, todos são livres porque são iguais, não me
refiro a uma igualdade genérica, uma caixa vazia (no estilo
19 do exagero da linguagem política) nem tampouco a uma
igualdade universal como ideal inalcançável.

22 Explico-me melhor. Subjetivamente, uma das
razões pelas quais eu me considero menos livre que outras
pessoas é porque estou convencido de que essas pessoas têm
mais poder que eu, o que significa que podem fazer coisas
25 que eu não posso fazer e até mandarem que eu faça coisas
que não posso mandar que elas façam. A famosa afirmação
de Spinoza, segundo a qual uma pessoa tem tanto mais
28 direito quanto mais poder tiver, pode converter-se
perfeitamente nesta outra: uma pessoa tem tanto mais
liberdade quanto mais poder tiver. No limite extremo, a
31 liberdade absoluta coincide com o poder absoluto:
absolutamente livre é só o onipotente.

Norberto Bobbio. *A ideologia e o poder em crise*. Brasília: Editora
Universidade de Brasília, 1999, p. 42-3 (com adaptações).

Com relação aos sentidos e a aspectos morfosintáticos do texto
acima, julgue os próximos itens.

- 17 Nas linhas 18 e 19, os parênteses foram empregados para
retificação do que foi anteriormente expresso.
- 18 O sentido expresso pela palavra “tampouco” (R.19) também
é expresso pela locução **tão pouco**.
- 19 No final do segundo parágrafo (R.16-20), o autor do texto
empenha-se em estabelecer um conceito preciso de
igualdade, o que é reiterado, no início do parágrafo
seguinte, por meio da oração “Explico-me melhor.”
- 20 Para a redução das ocorrências da palavra “que” entre as
linhas 22 e 26, seria correta a seguinte estrutura: mandar eu
fazer coisas que não posso mandar elas fazerem.
- 21 Na oração “absolutamente livre é só o onipotente” (R.32),
o deslocamento da palavra “só” para o final da oração
acarretaria ambigüidade.
- 22 De acordo com o autor do texto, a igualdade é requisito da
liberdade.
- 23 A frase “sem liberdade, não há igualdade” (R.2)
corresponde, quanto ao sentido, a: sempre que houver
liberdade, haverá igualdade.
- 24 No segundo período do texto, na oração “que geralmente
não é relevada” (R.5-6), a concordância no plural — **não são
relevados** — atenderia às regras de concordância verbal e
nominal sem alterar o sentido do período.
- 25 No trecho “é a que a considera” (R.15), as duas formas
pronominais “a” equivalem semanticamente a **definição** e
democracia, respectivamente.

O texto a seguir é uma crítica do cartunista Henfil à edição, em
1968, do Ato Institucional n.º 5, que estabelecia a permissão de o
governo militar censurar as mensagens veiculadas pelos meios de
comunicação, cassar mandatos, fechar o Congresso e punir
magistrados.

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO
DA 4.ª VARA DE FAMÍLIA
A/C DO SENADOR NELSON CARNEIRO

O Sr. ATO CINCO e a Sr.ª NAÇÃO BRASILEIRA, ambos
brasileiros, casados, ele residente na praça dos 3 Poderes, Distrito
Federal, e ela, prendas domésticas, residente no continente americano,
latitude sul, vêm requerer a V. Ex.ª que se digne a deferir o seu divórcio
litigioso (incompatibilidade de gênios), observadas as formalidades legais
e nos termos que se seguem:

1. Os suplicantes são casados há 9 anos, pelo regime de
exceção de bens, conforme certidão inconstitucional anexa.
2. O casal possui 110 milhões de filhos, de acordo com as
certidões de nascimento anexadas a este instrumento.
3. Os filhos do casal ficarão sob a guarda da mãe, não podendo
o pai nunca mais visitá-los quando lhe aprover. Nem nos fins-de-semana
e jamais nas férias escolares.
4. A suplicante abre mão do seu direito a pensão alimentícia,
por dispor de meios próprios de subsistência, como proprietária
de milhões de quilômetros quadrados.
5. Para manutenção do pai, a mãe e seus filhos concordam
em fornecer-lhe uma pensão alimentícia de WN8.100,35
(OITO SENADORES, CEM DEPUTADOS e TRINTA E CINCO
VEREADORES) anuais.
6. A suplicante continuará usando seu nome de solteira,
NAÇÃO BRASILEIRA.
7. Homologado o presente pedido de divórcio, os suplicantes
requerem seja determinada a expedição de ofício para averbação do
mesmo no Registro Civil, bem como o fornecimento de certidão em duas
vias.

Pede deferimento,

OIAPOQUE AO CHUÍ, 15 de julho de 1977.

X

Sr. ATO CINCO

Pela NAÇÃO BRASILEIRA

Henfil. *Cartas da mãe*. Rio de Janeiro: Record, 1986, p. 31 (com adaptações).

Com referência a esse texto e considerando as normas gramaticais
e de redação oficial, julgue os itens que se seguem.

- 26 A numeração das alegações atende às normas de redação de
correspondências oficiais.
- 27 O emprego da abreviatura A/C (ao cuidado de) não se inclui
entre as recomendações atuais para a elaboração de
requerimento ou memorando.
- 28 Dadas as semelhanças entre o requerimento e o ofício, o
documento poderia corretamente ser assim iniciado:
DE: ATO CINCO E NAÇÃO BRASILEIRA
PARA: EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 4.ª VARA
DE FAMÍLIA
- 29 Estaria correta a seguinte reescrita do item 7 do documento:
Os suplicantes requerem que, homologado o presente pedido,
sejam determinados a expedição de ofício para averbação do
divórcio no Registro Civil e o fornecimento de certidão em
duas vias.
- 30 O nome dos requerentes e o local onde foi emitido o
documento estão grafados com letras maiúsculas (em caixa
alta), atendendo ao que prescrevem as normas de redação
oficial.

especificação	valor (em R\$)
receita tributária	5.370.906.672
ICMS	3.242.500.000
ISS	585.665.000
imposto s/ renda	724.937.000
IPTU	310.000.000
IPVA	286.885.340
ITBI	80.206.330
simples	41.669.000
ITCD	13.158.330
taxas	85.885.672

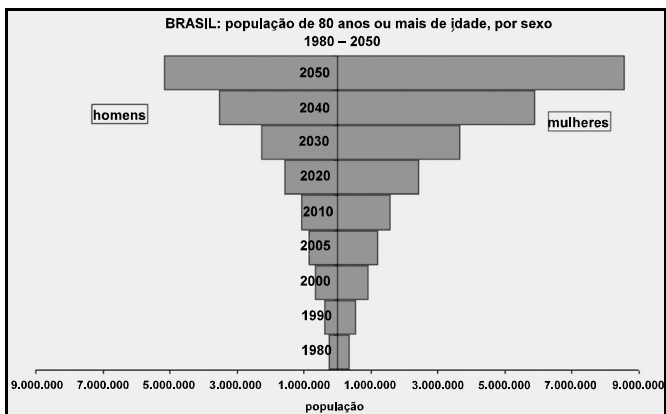
Internet: <<http://www.cl.df.gov.br>>.

O governador do DF, de acordo com a lei, encaminha, anualmente, para apreciação da CLDF, o projeto de lei orçamentária que prevê a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro do ano vindouro. A previsão para o ano de 2006 da principal receita do DF, a tributária, bem como os tributos, em reais, que a compõem são mostrados na tabela acima. Considerando essas informações, julgue os itens a seguir.

- 31** Suponha que o valor correspondente ao tributo denominado simples fosse aumentado em 18% em 2007 e em 12% em 2008. Nesse caso, o aumento total previsto para esse tributo seria equivalente a dois aumentos sucessivos de 15% cada, um em 2007 e o outro em 2008.
- 32** Se o valor do tributo denominado simples fosse aumentado em 1 milhão de reais, então o valor do IPTU deveria ser aumentado em 7 milhões de reais para que fosse mantida a razão entre eles.
- 33** Sabendo-se que a receita prevista para os orçamentos fiscal e da seguridade social, para o ano de 2006, a qual inclui a receita tributária, atingirá o valor de R\$ 8.169.879.275,00, é correto concluir que a receita tributária prevista corresponde a mais de 50% da receita prevista para os orçamentos fiscal e da seguridade social.
- 34** Se o valor previsto para 2006 referente a IPTU fosse investido à taxa de juros compostos de 12% ao ano, com capitalização trimestral, ao final do primeiro trimestre, o montante que resultaria dessa aplicação seria superior a 320 milhões de reais.
- 35** Sabendo-se que a taxa correspondente ao ITBI de um determinado imóvel é de 2% do valor de avaliação do imóvel, é correto concluir que o valor total previsto para as avaliações dos imóveis do DF que, em 2006, estarão sujeitos a esse imposto é inferior a 4 bilhões de reais.
- 36** Desconsiderando-se o valor do ICMS, a média aritmética dos valores previstos para ISS, imposto s/ renda e IPTU é superior à soma dos demais tributos.

Os amigos André, Bento, Carlos e Daniel constituíram uma empresa em sociedade. O capital da empresa foi composto em reais, da seguinte forma: Alberto participou com 10.000; Bento, com 8.000; Carlos, com 12.000 e Daniel, com 6.000. Sabendo que os lucros ou prejuízos são divididos entre os sócios em partes proporcionais ao capital que cada um deles investiu para a constituição da empresa, julgue os itens subsequentes.

- 37 O capital investido na empresa por André e Daniel juntos lhes assegura menos de 40% do capital da empresa.
- 38 Se os quatro amigos tivessem aplicado a soma dos recursos utilizados para constituir a empresa em um investimento à taxa de juros simples de 20% ao ano, eles teriam, ao final do segundo período da aplicação, um montante superior a 51 mil reais.
- 39 Se o primeiro lucro da empresa for de 27 mil reais, então a parte do lucro que caberá a Bento será inferior a 5 mil e quinhentos reais.
- 40 Supondo-se que, em certo período, a empresa tenha um prejuízo de 3 mil reais, caberá a Carlos o prejuízo de exatamente mil reais.



Internet: <<http://www.ibge.gov.br>>.

Com base na figura acima — que apresenta a evolução da população brasileira de 80 anos ou mais de idade, por sexo, a partir do ano de 1980 e projetada até o ano de 2050 —, julgue os itens que se seguem.

- 41 Em 2020, a população brasileira contará com mais de 2 milhões de mulheres e menos de 2 milhões de homens com mais de 80 anos.
- 42 Considerando-se que a população brasileira, no ano de 2005, é de aproximadamente 185 milhões de pessoas, escolhendo-se aleatoriamente um indivíduo dessa população, a probabilidade de esse indivíduo ter 80 anos ou mais de idade é superior a 0,03%.

Com o objetivo de criar um parâmetro para expressar a criminalidade, um estado adotou a seguinte tabela de pesos para os diferentes crimes:

crime	peso
furto	1
roubo	2
estupro	3
latrocínio	4
homicídio	5

Mensalmente, a cada cidade desse estado, é atribuído um **índice de criminalidade**, que é a média ponderada — de acordo com os pesos da tabela acima — do número de ocorrências de cada crime listado na tabela no mês em estudo, multiplicada por 1.000 e, em seguida, dividida pelo número de habitantes da cidade. Com base nessa situação hipotética, julgue os seguintes itens.

- 43** Se, em determinado mês, em um município desse estado que tem 10.000 habitantes, ocorreram 12 furtos, 7 roubos, 4 estupros, 2 latrocínios e 1 homicídio, o índice de criminalidade mensal desse município nesse mês foi igual a 0,34.
- 44** Um município de 5.000 habitantes desse estado em que, em determinado mês, ocorreram 15 furtos, 12 roubos, 4 estupros, 2 latrocínios e 2 homicídios terá índice de criminalidade mensal mais baixo que um outro município de 50.000 habitantes desse estado em que, nesse mesmo mês, ocorreram 100 furtos, 120 roubos, 40 estupros, 20 latrocínios e 20 homicídios.

Como apresentar um projeto de lei popular

Para explicar melhor como a própria população pode mobilizar-se e apresentar um projeto de lei de iniciativa popular, um exemplo prático: suponhamos que determinado segmento da sociedade queira resolver um problema por meio de uma lei.

Para isso, basta que os interessados recolham assinaturas de apoio à idéia de, pelo menos, 1,5% do eleitorado do DF, o que corresponde, hoje, a algo em torno de 16.712 assinaturas.

Essas assinaturas têm de estar distribuídas em, no mínimo, três zonas eleitorais distintas. Exemplo: 1.^a Zona (Asa Sul, Lago Sul), 3.^a Zona (Taguatinga) e 9.^a Zona (Guará). Em cada uma das zonas, o número de assinaturas tem de ser superior a 0,5% do número de eleitores existente na zona.

Internet: <<http://www.cl.df.gov.br>> (com adaptações).

Com base nas informações do texto acima, julgue os itens a seguir.

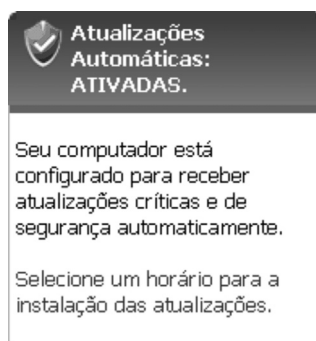
- 45** Para participar da coleta de assinaturas para um projeto de lei popular, uma zona eleitoral precisa ter, pelo menos, $\frac{16.712}{3}$ eleitores.
- 46** Considere que, para um projeto de lei popular, foram colhidas 24.000 assinaturas, sendo 6.000 delas da 1.^a Zona. Nessa situação, escolhendo-se aleatoriamente duas assinaturas distintas entre as 24.000, a probabilidade de que ambas sejam de indivíduos da 1.^a Zona é superior a 0,05.
- 47** O número de eleitores no DF, hoje, é superior a 1 milhão e cem mil eleitores.

Ferramentas

- Informações do meu computador
- Restauração do Sistema
- Diagnóstico de rede
- Limpeza de disco
- Desfragmentador de disco
- Utilitário de configuração do sistema

A figura acima ilustra parte de uma janela do Windows XP Home Edition, em que se observa uma lista de ferramentas disponibilizadas por esse sistema operacional. Considerando essa figura, julgue os itens subsequentes, acerca do Windows XP.

- 54 Ao se clicar a opção *Limpeza de disco*, os arquivos temporários, os arquivos em *cache* de Internet e os arquivos de programas considerados desnecessários pelo Windows serão automaticamente enviados para a Lixeira do Windows, de onde poderão ser definitivamente excluídos.
- 55 Considere que, após a realização de determinado procedimento, a mensagem a seguir tenha sido disponibilizada pelo Windows.



Nessa situação, é correto afirmar que foi realizada uma tarefa de configuração do sistema para que os programas instalados no disco rígido do computador e registrados durante a sua instalação sejam automaticamente atualizados, sempre que houver novas versões disponíveis na Internet.

- 56 Considere que, ao se posicionar o ponteiro do *mouse* sobre uma opção da referida lista de ferramentas, a seguinte mensagem tenha sido visualizada.

Verificar que programas e hardwares estão instalados neste computador, ou a quantidade de memória disponível, ou consultar informações de diagnóstico sobre a integridade do computador.

Nessa situação, é correto inferir que o ponteiro do *mouse* foi posicionado sobre *Utilitário de configuração do sistema*.

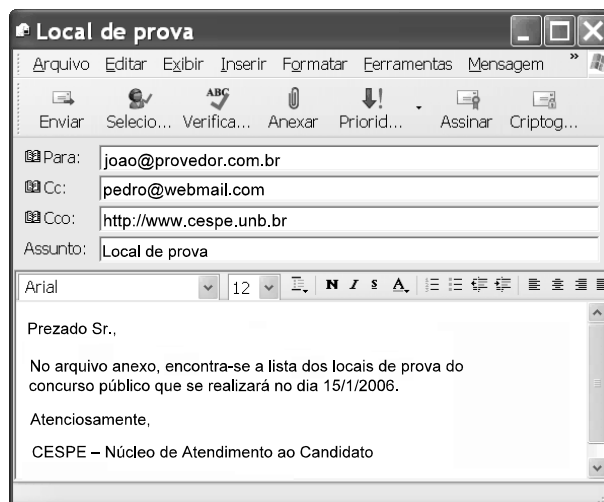
Sem medo da conta telefônica

Se você é um usuário de telefonia e quer aproveitar o tempo em que fica na frente do computador para um papinho com os amigos que vivem pelo mundo afora, bem-vindo à era da telefonia pela Internet. Mais conhecida como VoIP (*voice over Internet protocol*), a tecnologia promete custo zero ou reduções para lá de significativas nas ligações interurbanas (DDD) e internacionais (DDI). Os sistemas VoIP captam a voz em um ponto, transformam-na em pacotes de dados e os transferem até a outra ponta, onde são decodificados e transformados novamente em voz, possibilitando a compreensão do interlocutor. A popularização da VoIP está firmada sobre três pilares. Um deles é o aperfeiçoamento da tecnologia de compressão de voz em dados, os chamados *codecs*. A ampliação do acesso de empresas e residências a computadores capazes de processar de modo ágil esses pacotes de dados é outro ponto de apoio fundamental. Para transmitir voz, a tecnologia depende também do desenvolvimento e da popularização de redes com capacidade de transferência rápida, em níveis de qualidade semelhantes aos proporcionados pela rede de telefonia tradicional. A explicação é simples. Em redes lentas, a fala pode chegar truncada ao destino. Resumindo, a disseminação dos serviços de banda larga serve igualmente de pavimento para a telefonia pela Internet.


Internet: <<http://pcworld.uol.com.br>> (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial, julgue os itens seguintes, relativos a conceitos associados à Internet.


- 57 Nos sistemas VoIP, dado que a voz é transmitida na forma compactada, é correto deduzir que uma VPN (*virtual private network*) seja utilizada para transferir os pacotes de dados associados a voz por meio da Internet.
- 58 Como um dos pilares da popularização da VoIP é o uso de redes de banda larga, portanto, redes com acesso discado (*dial-up*) são adequadas, com relação a esse quesito, para uso em sistemas VoIP.
- 59 Depreende-se do texto que, após transformar a voz em pacotes de dados, para transferi-los até a “outra ponta”, a tecnologia VoIP utiliza-se da família de protocolos TCP/IP.




Julgue os itens subseqüentes, considerando a janela do Internet Explorer 6 (IE6) ilustrada acima e que esse aplicativo esteja sendo executado em um computador PC cujo sistema operacional é o Windows XP.

60 Ao se clicar o botão , o IE6 disponibilizará recursos que permitem realizar busca, por palavras e expressões, restrita às páginas dos sítios visitados cujos dados referentes a essas visitas estejam armazenados na pasta associada a **Histórico**.

61 Caso se decida definir a página associada ao endereço eletrônico mostrado no campo **Endereço** como favorita do IE6, é suficiente realizar a seguinte seqüência de ações com o *mouse*:


posicionar o ponteiro sobre o ícone , presente no campo **Endereço**;

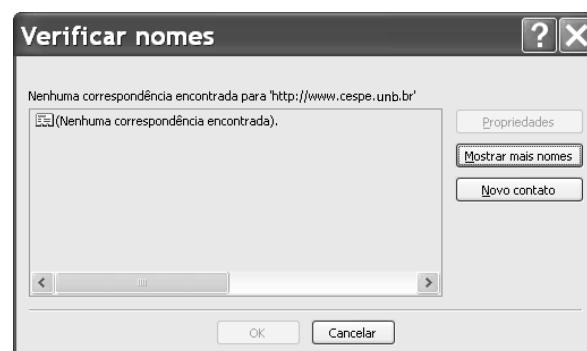
pressionar e manter pressionado o botão esquerdo; posicionar o ponteiro sobre o botão ; liberar o botão esquerdo.


62 As informações contidas na janela do IE6 são suficientes para se concluir que o URL da página mostrada em sua área de páginas é <http://www.cl.df.gov.br/ccs/principalportal2.htm>.

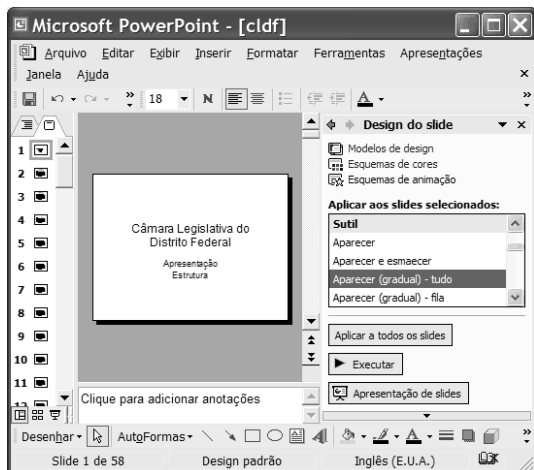
Considerando que a janela do Outlook Express 6 (OE6) ilustrada acima esteja em execução em um computador PC cujo sistema operacional é o Windows XP, julgue os itens que se seguem.

63 Apesar de o texto da mensagem que está sendo editada informar que há um arquivo anexo, este arquivo ainda não foi anexado à referida mensagem.

64 É possível que a janela a seguir seja obtida ao se clicar o botão  **Selecio...**. As informações contidas nessa janela são suficientes para se concluir que não há endereço de correio eletrônico válido associado aos dados contidos no campo **Cco:**. Caso houvesse um endereço válido nesse campo, ao se enviar a mensagem que está sendo editada, os destinatários cujos endereços estivessem contidos nos campos **Para:** e **Cc:** não saberiam que essa mensagem também foi enviada a um terceiro destinatário.



65 É possível que o trecho “CESPE – Núcleo de Atendimento ao Candidato” tenha sido inserido na mensagem a partir de recursos disponibilizados ao ter sido clicado o botão  **Assinar**.

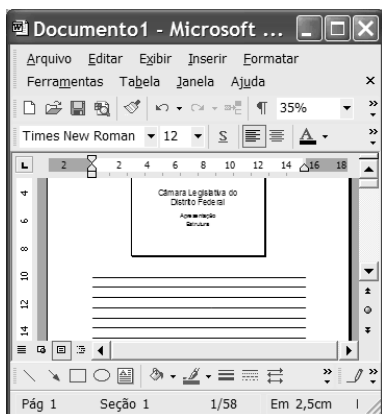


Considerando que a janela do PowerPoint 2002 ilustrada acima esteja sendo executada em um computador PC cujo sistema operacional é o Windows XP, julgue os próximos itens.

- 66 Ao se clicar no campo **Design do slide**, será aplicado a todos os 58 *slides* da apresentação o esquema de animação denominado **Aparecer (gradual) - tudo**, que permite que o texto contido em cada *slide* seja apresentado com o referido esquema de animação.
- 67 A janela I, a seguir, pode ser executada a partir de opção disponibilizada no **menu Arquivo**. Nessa janela I, ao se clicar o botão , tendo sido previamente selecionada a opção **Linhas em branco abaixo dos slides**, será possível obter como resultado a janela II abaixo.



Janela I

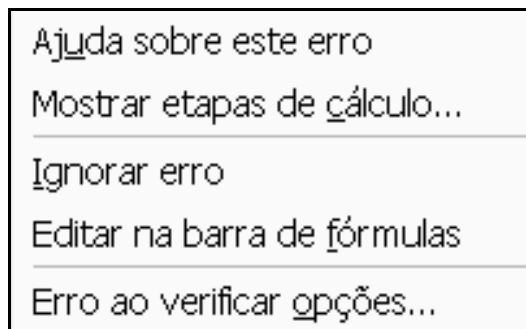


Janela II

	A	B	C
1	sexo	idade	curso
2	masculino	18	administração
3	masculino	18	engenharia
4	masculino	19	biologia
5	masculino	18	matemática
6	masculino	19	engenharia de computação
7	masculino	19	engenharia de computação
8	masculino	20	design gráfico
9	masculino	19	matemática
10	masculino	20	contabilidade
11	masculino	19	contabilidade
12	feminino	19	contabilidade
13	feminino	19	antropologia
14	feminino	18	antropologia
15	feminino	19	antropologia
16			

Considerando a figura acima, que ilustra uma planilha do Excel 2002, julgue os itens a seguir, sabendo que a célula B16 está selecionada.

- 68 Para se determinar a idade mínima entre aquelas contidas nas células de B2 a B15, é suficiente digitar, na célula selecionada, $=\text{Min}(B2;B15)$ e, a seguir, teclar .
- 69 Ao se digitar, na célula selecionada, $=1/0$ e, a seguir, teclar , aparecerá, na planilha em uso, mensagem do tipo . Ao se clicar (seta para baixo), será disponibilizada, entre outras, as opções mostradas no submenu a seguir.



- 70 Para se calcular a média aritmética das 14 idades mostradas na planilha e registrar-se o resultado na célula B16, é suficiente realizar o seguinte procedimento: clicar a seta para baixo no botão ; na lista de opções resultante, clicar **Média**; teclar .

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

O doutrinador administrativista Hely Lopes Meireles ensinava que a administração pública poderia ser entendida como o conjunto de órgãos instituídos para a consecução dos objetivos do governo ou, ainda, como o conjunto das funções necessárias aos serviços públicos em geral. Enfim, em sentido operacional, apontava que a administração pública é o desempenho perene e sistemático, legal e técnico, dos serviços próprios do Estado ou por ele assumidos em benefício da coletividade.

A partir das idéias apresentadas no texto acima, julgue os itens subsequentes, relativos a administração pública.

- 71 A administração pública é a atividade pela qual as autoridades devem satisfazer necessidades de interesse público, utilizando prerrogativas de poder.
- 72 A atividade administrativa deve ser neutra, visto que está vinculada à lei ou a normas técnicas.
- 73 Após a organização constitucional da administração pública, segue-se a organização do Estado, com a instituição dos três poderes que compõem o governo.
- 74 Na administração pública, os interesses próprios do administrador devem ser relegados em favor dos interesses da coletividade, o mesmo acontecendo na administração de empresa privada em relação aos interesses dessa empresa.
- 75 Há diferença entre o conceito de governo e o conceito de administração pública.

A respeito da aplicação da Lei n.º 8.112/1990 ao DF e do regime jurídico dos servidores dessa unidade federada, julgue os itens que se seguem.

- 76 A Lei n.º 8.112/1990 foi instituída para ser aplicada aos servidores públicos da União. Assim, a sua aplicação aos servidores públicos do DF é uma invasão indevida dos interesses nacionais nos interesses distritais.
- 77 Apenas decretos legislativos do DF podem dispor sobre matérias relacionadas ao regime jurídico dos servidores do DF.

Com referência à Lei n.º 8.666/1993, que regulamenta dispositivo da Constituição Federal, instituindo normas para licitações e contratos da administração pública, julgue os itens a seguir.

- 78 A realização de licitações tem a finalidade de garantir o cumprimento do princípio da isonomia e, ao mesmo tempo, visa à escolha da proposta mais vantajosa para a administração.
- 79 A licitação é um tipo de contrato que pode se apresentar sob diferentes modalidades, entre as quais se incluem os pregões, a concorrência, a tomada de preços, o convite, o concurso e o leilão.
- 80 As normas gerais sobre licitações contidas na Lei n.º 8.666/1993 aplicam-se no âmbito do DF.

A administração pública, para conseguir sobrepor a vontade da lei à vontade individual, necessita dispor de poderes próprios. Quanto aos poderes da administração pública, julgue os itens que se seguem.

- 81 Entre os poderes decorrentes da hierarquia podem-se citar o poder de dar ordens aos subordinados e o de delegar atribuições.
- 82 Os chamados poderes discricionários e poderes vinculados não são propriamente poderes autônomos da administração pública, porque desempenham, na verdade, o papel de atributos de outros poderes ou competências administrativas.
- 83 A palavra poder, quando relacionada à administração pública, deve ser entendida como uma faculdade que pode ou não ser exercida por ela.
- 84 A administração apura infrações e aplica penalidades aos seus agentes mediante o exercício do poder regulamentar.

A respeito dos direitos e garantias fundamentais, julgue os itens seguintes.

- 85 Direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado não pode ser considerado um direito fundamental, pois não está inserido na Constituição Federal como tal.
- 86 Ninguém pode invocar a liberdade de crença religiosa para eximir-se do cumprimento de obrigação legal a todos imposta.
- 87 Qualquer pessoa pode exigir dos órgãos públicos informações que sejam do seu interesse particular, mas as informações sigilosas que sejam imprescindíveis à segurança do Estado e da sociedade podem ser negadas.
- 88 O registro civil de nascimento e a certidão de óbito são documentos de grande importância para o exercício das relações dos cidadãos com o Estado e são de obtenção gratuita aos reconhecidamente pobres.
- 89 Os direitos e garantias fundamentais são um gênero que pode ser subdividido, segundo a Constituição da República, em cinco espécies: direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, direitos de nacionalidade, direitos políticos e direitos relacionados à existência e organização de partidos políticos e à participação nesses partidos.

Com relação à LODF, julgue os seguintes itens.

- 90 Os valores fundamentais que regem a organização do DF guardam paralelo com os fundamentos do Estado Democrático de Direito instituído pela Constituição Federal brasileira.
- 91 O DF tem como símbolos sua bandeira, seu hino e seu brasão, não sendo possível ao Poder Legislativo alterar essa condição, ainda que para criar novos símbolos.
- 92 Cada uma das regiões administrativas do DF tem um conselho de representantes comunitários com funções deliberativas, consultivas e fiscalizatórias.
- 93 A vedação de tratamento discriminatório em razão de idade, etnia, cor, sexo, estado civil, religião, convicções políticas, orientação sexual, deficiência física, entre outros, não está expressa na LODF porque já se encontra explícita na Constituição Federal.
- 94 O DF rege-se por lei orgânica aprovada pelo Congresso Nacional.

Com relação ao DF e suas normas constitucionais de organização, julgue os itens que se seguem.

- 95** A União pode intervir no DF para reorganizar suas finanças, caso o DF, injustificadamente, suspenda o pagamento da sua dívida fundada por mais de dois anos consecutivos.
- 96** O DF já figurou como capital da União em constituições anteriores, porém, na atualidade, a capital federal é Brasília.
- 97** O DF é uma unidade federada sem autonomia, pois não possui capacidade de auto-organização, autogoverno e auto-administração.
- 98** O DF pode dividir-se em municípios, do mesmo modo que acontece com os estados e os territórios.
- 99** O Poder Judiciário e o Ministério Público do DF são organizados e mantidos pelo governo do DF.
- 100** Como o DF detém competência legislativa residual em relação à União, toda competência legislativa que não for vedada ao DF a ele estará reservada.

Julgue os próximos itens, supondo que o governador do DF tenha apresentado projeto de lei determinando a criação de uma hipótese de isenção tributária referente ao IPTU.

- 101** Esse projeto somente pode ser aprovado mediante o voto favorável de dois terços dos deputados distritais.
- 102** Caso esse projeto fosse aprovado pela CLDF sem sofrer emenda, ele não poderia ser vetado pelo governador do DF que o apresentou.
- 103** Se esse projeto tivesse sido apresentado por um deputado distrital, ele não deveria ser admitido.

Acerca da CLDF e de seus órgãos, julgue os itens a seguir.

- 104** A modificação do Regimento Interno da CLDF deve ser realizada mediante resolução aprovada por mais de metade dos deputados distritais que compõem a CLDF.
- 105** O líder do governo na CLDF pode encaminhar a votação de qualquer proposição sujeita à deliberação do Plenário.
- 106** As comissões temporárias extinguem-se com o fim da legislatura.
- 107** A Corregedoria é presidida pelo presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar.

Cada um dos itens seguintes apresenta uma situação hipotética a respeito da CLDF e de seus órgãos, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 108** A Comissão de Economia, Orçamento e Finanças emitiu parecer rejeitando projeto de lei em virtude de inadequação orçamentária. Nessa situação, o parecer tem caráter terminativo e, portanto, não é sujeito a recurso ao Plenário.
- 109** No dia 15/12/2005, não havia sido aprovado pela CLDF o projeto de orçamento anual. Nessa situação, a sessão legislativa de 2005 deveria ter sido interrompida no dia 16/12/2005, retomada no dia 2/1/2006 e prorrogada até que fosse votado o referido projeto.
- 110** Foi apresentado à CLDF um projeto de lei de iniciativa popular. Nessa situação, entre outras exigências para que o projeto possa ser admitido, deve a assinatura de cada um dos cidadãos que o subscreve ser acompanhada de endereço do cidadão e dos dados identificadores do seu título de eleitor.

Suponha que um jornal tenha publicado artigo com a seguinte afirmação: “a CLDF encontra-se reunida em sessão legislativa extraordinária, convocada pelo governador do DF, para apreciar um projeto de lei referente aos direitos dos idosos, em virtude da existência de interesse público relevante em tal votação.” Considerando essa situação hipotética, julgue os itens subsequentes.

- 111** No decorrer da referida sessão, é vedado à CLDF apreciar veto do governador do DF a um projeto de lei complementar.
- 112** É certamente falsa a afirmação de que o governador do DF convocou a referida sessão, dado que a convocação da CLDF é atribuição exclusiva do seu presidente.

Considere que, em novembro de 2005, a Comissão de Assuntos Sociais, em sessão à qual compareceram apenas três dos cinco membros efetivos, tenha emitido parecer aprovando um projeto de lei complementar. Em face dessas considerações, julgue os próximos itens.

- 113** A proposição em apreço, para ter sido validamente apreciada pela citada comissão, deveria ter sido previamente aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça.
- 114** Considerando-se que a referida proposição tenha sido aprovada, deduz-se que ela obteve voto favorável de todos os membros que compareceram à sessão.

Considerando que um deputado distrital tenha apresentado proposta de emenda à LODF que alterava para 17 o número de deputados distritais que comporiam a CLDF, julgue os itens a seguir.

- 115** O conteúdo da mencionada proposta é incompatível com a Constituição da República, pois não cabe à CLDF definir o número de deputados que a compõe.
- 116** O deputado que apresentou a referida proposição somente pode retirá-la antes que ela seja apreciada por qualquer comissão da CLDF.
- 117** A proposta em questão deveria ter sido indeferida, pois deputados não têm competência para, individualmente, apresentar propostas de emenda à LODF.

O governador do DF sancionou projeto de lei que reajustava a remuneração dos servidores da administração direta do DF e atribuiu a esse reajuste caráter retroativo.

Em face dessa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

- 118** Se o governador do DF vetasse o primeiro artigo da referida proposição, ele deveria enviá-la de volta à CLDF para que se operasse a renumeração de todos os artigos, pois a lei somente poderia ser promulgada após encerrado o processo de renumeração.
- 119** Na situação considerada, o veto do governador, por ser um ato administrativo discricionário, não precisaria ser expressamente motivado.
- 120** A lei em apreço é inválida no que toca aos efeitos retroativos do reajuste, pois a LODF veda expressamente a edição de leis com efeitos retroativos.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova — que vale **dez** pontos —, faça o que se pede, usando o espaço indicado no presente caderno para rascunho. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de **trinta** linhas será desconsiderado.
- **ATENÇÃO!** Na **folha de texto definitivo**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

O presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), no uso de suas atribuições regimentais, precisa convocar a autoridade máxima de uma Secretaria do Governo do Distrito Federal para que compareça em plenário e preste as devidas informações quanto ao desenvolvimento de determinado projeto aprovado pela Casa, em março de 2004, e ainda não posto em prática pela referida secretaria de governo.

Considerando a situação hipotética acima e com base nos artigos regimentais transcritos a seguir, elabore um ofício de convocação à autoridade de governo mencionada, com as informações necessárias para o bom andamento da sessão.

Título VI
Das Disposições Especiais

Capítulo III
Do Comparecimento de Secretários do Governo do Distrito Federal

Art. 185. O Secretário de Governo do Distrito Federal comparecerá perante a Câmara Legislativa ou suas comissões:

I - quando convocado para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado;

(...)

§ 2.º O Presidente da Câmara Legislativa ou da Comissão oficiará ao Secretário, dando-lhe conhecimento da convocação e do assunto a ser tratado, a fim de que declare quando irá comparecer à Câmara Legislativa ou à Comissão, no prazo que lhe for estipulado, não superior a trinta dias.

§ 3.º Em qualquer hipótese, a presença de Secretário de Governo no Plenário não poderá ultrapassar o horário normal de sessão ordinária da Câmara Legislativa.

Art. 186. Na hipótese da convocação, o Secretário encaminhará ao Presidente da Câmara Legislativa ou da Comissão, até a sessão da véspera da sua presença na Casa, sumário da matéria de que virá tratar, para distribuição aos Deputados.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	